

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.131 - SP (2019/0244969-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **A G N G J**  
**ADVOGADO** : **CLÁUDIA STEIN VIEIRA - SP106344**  
**ADVOGADOS** : **VERIDIANA PEREZ PINHEIRO E CAMPOS - SP152087**  
: **MARCELO BAPTISTA DA COSTA - SP211343**  
**AGRAVADO** : **S M G - MENOR IMPÚBERE**  
**REPR. POR** : **F A M**  
**ADVOGADOS** : **REGINA MONTAGNINI - SP103429**  
: **FERNANDO BRANDÃO WHITAKER - SP105692**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por A G N G J contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"EXECUÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS. Decisão que fixa critérios para calcular o crédito alimentar. Ação de oferta de alimentos ajuizada pelo alimentante aos 08 de agosto de 2012, seguida de ação de alimentos promovida pelas alimentadas.*

*Execução de alimentos provisórios intentada em 19 de dezembro de 2013, pelo rito da prisão civil. Discussão, para fins de execução da prestação alimentar, sobre os efeitos da retroação dos alimentos provisórios. Muito embora o executado defenda que a obrigação alimentar produz efeitos ex nunc, sem retroagir à data da citação, a pretensão vai de encontro com jurisprudência tranquila do STJ sobre a matéria. Alimentos provisórios que também devem retroagir à data da citação, à vista do teor do art. 13, § 2º, da Lei de Alimentos, que estabelece efeito retroativo à data da citação “em qualquer caso”. Inviável albergar a pretensão recursal que visa a atribuir efeitos ex nunc aos alimentos provisórios.*

*Incidência de juros moratórios sobre o crédito alimentar. Juros de mora que começam a fluir, em tese, desde o inadimplemento, e não apenas a partir da citação do devedor. Mora de natureza ex re.*

*Inteligência do art. 397 do CC. Muito embora a decisão agravada tenha excluído a incidência de juros de mora, o que tornaria o agravante carecedor de interesse recursal nesse ponto, a mesma decisão foi impugnada pelas exequentes, que se insurgiram contra o decote dos juros fundados na mora. Juros moratórios sobre as diferenças entre os alimentos provisórios que não devem incidir da data do inadimplemento, e sim a partir da data da publicação do Acórdão que julgou Agravo contra liminar concedida em primeira instância, pois antes a publicação do Acórdão não havia mora.*

*Ressalva quanto aos juros moratórios sobre a diferença dos alimentos majorados, que devem incidir desde a data do vencimento de cada prestação alimentar inadimplida a partir da publicação do Acórdão*

# Superior Tribunal de Justiça

*proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 0250787-35.2012.8.26.0000, conforme decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 2153091-52.2018.8.26.0000, interposto pelas credoras. Recurso provido em parte, com observação" (fls. 366-367, e-STJ).*

Nas razões do especial, a parte recorrente aponta negativa dos seguintes dispositivos e suas respectivas teses:

(i) art. 13, § 2º da Lei nº 5.478/1968, ao fundamento de que os alimentos provisórios, modificados no curso da demanda alimentar sem fixação dos definitivos possuem efeitos *ex nunc*.

Argumenta que *"sendo parcial a prova e provisórios os alimentos, sua posterior modificação, claramente, não merece confiança de uma pensão alimentícia definitiva e, tampouco pode ter os efeitos retroativos daquela estabelecida ao final do processo"*. (fl. 400-e-STJ) e,

(ii) art. 405 do Código Civil, sob o argumento de que não há que se falar, em juros de mora anteriormente à citação do recorrente nos autos executivos.

Com as contrarrazões, foi negado seguimento ao recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

Sem manifestação do Ministério Público Federal.

É o relatório.

## **DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Quanto ao termo inicial dos alimentos provisórios, o acórdão recorrido está assim fundamentado:

*"(...)*

*Vale registrar, a essa altura, que os alimentos ainda têm natureza provisória, eis que até a presente data ainda não foi proferida sentença fixando alimentos definitivos.*

*A decisão que desafiou a interposição deste Agravo proferida nos autos da execução cuidou, em poucas palavras, de fixar critérios para calcular o crédito alimentar.*

*Disse o MM. Magistrado de Primeira Instância que 'Os alimentos provisórios, fixados em sede de agravo de instrumento (fls.360/364 e 393/399), são devidos a partir da intimação da decisão que os fixou nos autos da ação de oferta de alimentos (processo nº 0056782-07/2012)'.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Defende o executado que foi equivocadamente fixado o termo inicial dos alimentos. Isso porque não se pode atribuir efeitos ex tunc aos alimentos provisórios. Desse modo, defende que a alteração da obrigação alimentar por este Tribunal produz efeitos ex nunc, e, portanto, não retroage à data da citação na execução.*

*Lembre-se que os alimentos provisórios podem ser modificados a qualquer momento, à vista de novos elementos de cognição.*

*Sobre o assunto, já assentou o Superior Tribunal de Justiça: 'A Segunda Seção, no julgamento do EREsp nº 1.181.119/RJ, ao interpretar o art. 13, § 2º, da Lei nº 5.478/1968, concluiu, por maioria, que os alimentos provisórios não integram o patrimônio jurídico subjetivo do alimentando, podendo ser revistos a qualquer tempo, porquanto provimento rebus sic stantibus, já que não produzem coisa julgada material (art. 15 da Lei nº 5.478/1968)' (STJ, REsp 1426082-MG, 3ª Turma, rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 02/06/2015, DJe 10/06/2015).*

*No que tange aos alimentos definitivos, de acordo com o que dispõe o artigo 13, § 2º, da Lei nº 5.478/1968, os alimentos revistos retroagem à data da citação. O efeito retroativo à data da citação, segundo o preceito, ocorre 'em qualquer caso'.*

*O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento pacificado quanto à retroação do valor dos alimentos à data da citação:*

*(...)*

*4. O que se questiona no presente recurso é se os alimentos provisórios revistos substituem os alimentos originais, com efeito ex tunc, ou apenas com efeitos ex nunc.*

*De acordo com o que dispõe o artigo 13, § 2º, da Lei 5.478/68, os alimentos revistos retroagem à data da citação. O efeito retroativo à data da citação, segundo o preceito, ocorre 'em qualquer caso'.*

***Logo, parece sensato, diante do texto legal, que o efeito retroativo ocorra não somente quanto aos alimentos definitivos, mas também quanto aos alimentos provisórios ou provisionais majorados ou minorados por decisão superveniente.***

*Há razão lógica para tal conclusão. Tal como ocorreu no caso concreto, houve uma sucessão de decisões fixando alimentos provisórios.*

*O fato é que, a cada prova complementar e superveniente e novos elementos trazidos pelas partes, os elementos de cognição do Juiz e do Tribunal eram mais completos, o que justifica o efeito retroativo da última decisão.*

*Especificamente no que se refere aos efeitos da majoração ou minoração de alimentos provisórios, ainda sem alimentos definitivos, tal como ocorre no caso presente, há precedente do STJ a respeito do tema (AgRg no REsp 1412781-SP, rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 22/04/2014). Constatou do aresto, a respeito da retroatividade:*

*'Em caso de majoração dos alimentos provisionais, o novo valor fixado retroage à data da citação, em consonância com o que dispõe o artigo 13, § 2º, da Lei nº 5.474/68, o qual não faz qualquer distinção a esse respeito, dispondo, ao contrário, que, 'Em qualquer caso,*

*os alimentos fixados retroagem à data da citação.' Precedentes' (STJ, AgRg no REsp 1392986-DF, 3ª Turma, rel. Min. Sidnei Beneti, j. 17/10/2013, DJe 28/10/2013).*

*Sob esse enfoque, inviável albergar a pretensão recursal que visa a atribuir efeitos ex nunc aos alimentos provisórios.*

*E, levando em consideração que a citação nos autos da execução é posterior à data da publicação do Acórdão que julgou o Agravo que fixou alimentos provisórios e os respectivos Embargos de Declaração, não há decote algum a ser feito" (fl. 373-376, e-STJ).*

Nesse contexto, a decisão do tribunal de origem não destoia da jurisprudência desta Corte Superior firmada no sentido de que os alimentos provisórios são devidos a contar da citação.

A propósito:

*"AGRAVO INTERNO. ALIMENTOS PROVISÓRIOS. NÃO INTEGRAM O PATRIMÔNIO JURÍDICO SUBJETIVO DO ALIMENTANDO, PODENDO SER REVISTOS A QUALQUER TEMPO. REVOGAÇÃO DA DECISÃO QUE FIXOU ALIMENTOS PROVISIONAIS. PRETENSÃO DE RECEBER VERBA, POSTERIORMENTE RECONHECIDA COMO INDEVIDA. INVIABILIDADE. ENTENDIMENTO PACIFICADO NO ÂMBITO DO STJ.*

*1. A Segunda Seção, por ocasião do julgamento dos EREsp nº 1.181.119/RJ, ao interpretar o art. 13, § 2º, da Lei nº 5.478/1968, concluiu que os alimentos provisórios não integram o patrimônio jurídico subjetivo do alimentando, podendo ser revistos a qualquer tempo, porquanto provimento rebus sic stantibus, já que não produzem coisa julgada material (art. 15 da Lei nº 5.478/1968).*

*2. Com efeito, conforme entendimento sufragado por aquele Colegiado, demonstrado em sede de juízo exauriente, observado o contraditório e a ampla defesa, que a obrigação imposta liminarmente não deve subsistir, fica vedada a cobrança dos denominados alimentos provisórios, sob pena de enriquecimento sem causa.*

*3. 'Os efeitos da sentença proferida em ação de revisão de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação (Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas. (AgRg nos EREsp 1.256.881/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/11/2015, DJe 3/12/2015).*

*4. Agravo interno não provido." (AgInt no REsp 1.531.597/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/3/2017, DJe 28/3/2017).*

No mesmo sentido, os seguintes precedentes:

*"DIREITO DE FAMÍLIA E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS. NATUREZA NÃO-RESSARCITÓRIA DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. EXIGIBILIDADE DESDE A CITAÇÃO.*

*1. O art. 13, § 2º, da Lei n.º 5.478/68 é de clareza meridiana, ao*

*determinar que "em qualquer caso, os alimentos fixados retroagem à data da citação".*

*2. Não há razão, portanto, para que o efetivo pagamento inicie-se somente depois do decurso de 30 (trinta dias) da citação, mesmo porque a verba alimentar, como sói acontecer, é destinada à sobrevivência do alimentando, plasmada, sobretudo, no dever de cuidado à pessoa que dela necessita, não possuindo assim natureza ressarcitória.*

*3. Recurso especial provido."*

(REsp 660.731/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/6/2010, DJe 15/6/2010 - grifou-se).

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PROFERIDA EM AÇÃO DE EXONERAÇÃO. PRODUÇÃO DE EFICÁCIA A PARTIR DA CITAÇÃO. PRECEDENTES DA SEGUNDA TURMA DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. Nos termos do entendimento da eg. Segunda Seção, "Os efeitos da sentença proferida em ação de revisão de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação (Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas" (EResp 1.181.119/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/11/2013, DJe de 20/06/2014).*

*2. Agravo interno não provido."*

(AgRg no AREsp 698.299/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 21/08/2018)

Incidência, portanto, da Súmula nº 568/STJ.

Quanto à alegação de que os juros de mora devem retroagir à data da citação, pois as verbas acessórias devem acompanhar o principal, de igual maneira não assiste à recorrente.

A jurisprudência sedimentada nesta Corte é no sentido de que os valores referentes aos juros de mora incidem a partir do vencimento da parcela, por se tratar de verba de natureza alimentar.

Confiram-se os precedentes:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DA PARCELA ALIMENTÍCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO*

*1. Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal*

*de Justiça".*

*2. Quanto ao termo inicial da obrigação, o Tribunal de origem decidiu em consonância com a jurisprudência pacífica desta Corte no sentido de que, em ação de investigação de paternidade cumulada com pedido de alimentos, o termo inicial destes é a data da citação e não da sentença que os concede.*

*3. Os juros de mora, no caso em voga, incidem a partir do vencimento da parcela alimentícia.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 969.725/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado 26/6/2019, DJe 29/6/2019)

*"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. MENOR. ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO. PRECEDENTES. TAXA DE JUROS. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULAS 282/STF E 356/STF.*

*1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões deve ser afastada a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil.*

*2. A jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de que não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes em execução de alimentos. Precedentes.*

*3. Os juros de mora, na ação de alimentos, incidem a partir do vencimento da parcela alimentícia. Precedentes.*

*4. Inviável o recurso especial se o acórdão recorrido se alinha com o posicionamento sedimentado na jurisprudência do STJ, a teor do que dispõe a Súmula 83 desta Corte Superior.*

*5. A matéria suscitada no recurso especial não foi objeto de debate pela Corte de origem. Ausente o prequestionamento, exigido inclusive para as matérias de ordem pública, caracterizado o óbice dos enunciados 282 e 356 da Súmula do STF.*

*6. Agravo regimental a que se nega provimento."*

(AgRg no AREsp 456.987/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 10/12/2014)

*"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM ALIMENTOS. DÉBITO ALIMENTAR. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DA PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA. Os juros moratórios, na ação de alimentos, incidem a partir do vencimento da parcela alimentícia fixada por decisão judicial. Recurso não conhecido."*

(REsp 717.068/RS, Relator Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 13/2/2007, DJe 17/3/2008)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORA PÚBLICA. GRATIFICAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. VENCIMENTO DE CADA PARCELA.*

PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALEGAÇÃO DE EXORBITÂNCIA. INOCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

***I. Consoante a jurisprudência do STJ, "o termo inicial de incidência da correção monetária deve ser fixado no momento em que cada parcela seria devida, em se tratando de verba de natureza alimentar" (STJ, REsp 781.863/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 01/06/2009). Em igual sentido: STJ, REsp 1.241.486/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/10/2012; AgRg no Ag 1.328.124/BA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJe de 17/08/2011; AgRg no Ag 1.354.766/MS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/06/2011; REsp 825.533/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJU de 25/09/2006.***

*II. Relativamente à alegação de dissídio entre julgados, a caracterização da divergência, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RISTJ, exige a demonstração de similitude fática entre o aresto impugnado e os acórdãos paradigmas, apresentando estes soluções jurídicas diversas, o que não ocorreu, in casu.*

*III. Quanto aos honorários de advogados, arbitrados em R\$ 1.000,00, nos Embargos à Execução, foram eles mantidos, pelo acórdão do Tribunal de origem. Em decorrência do exame do conjunto fático dos autos, o acórdão entendeu que o valor dos honorários de advogado é compatível com os critérios do art. 20, § 3º, do CPC e com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Nesse contexto, conclusão em contrário demandaria, inarredavelmente, o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é inadmissível, ante a Súmula 7/STJ.*

*IV. O STJ possui entendimento consolidado de que a "questão do valor dos honorários é irrelevante quando o juízo de origem afirma, expressamente, que foram eles estabelecidos de forma razoável, sendo inviável, nesses casos, a revisão dos valores pelo Tribunal Superior. No presente caso, a condenação imposta não se mostra teratológica, tendo em vista que o Tribunal de origem, soberano nas circunstâncias fáticas e probatórias da causa, concluiu pela razoabilidade da verba honorária após apreciação equitativa, considerando 'a singeleza da matéria tratada', situação que impede a revisão no Superior Tribunal de Justiça, em razão do óbice previsto na Súmula 7/STJ" (STJ, AgRg no AREsp 437.436/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/02/2014).*

*V. Agravo Regimental improvido."*

(AgRg no AREsp 350.394/ES, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 03/06/2014).

Incidência, também nesse ponto, da Súmula nº 568/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixo de fixar os honorários recursais, tendo em vista que não foram arbitrados

# *Superior Tribunal de Justiça*

na origem.

Publique-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator